



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

ANEXOS

EDITAL TJ nº 2/2023

Torna público o edital de abertura e estabelece as normas relativas à realização do I Processo Seletivo para o preenchimento de 1.045 (mil e quarenta e cinco) vagas para o programa de residência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mais cadastro de reserva.

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação e Compreensão de texto. Organização estrutural dos textos. 2. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade. 3. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo. 4. Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo. Textos literários e não literários. 5. Tipologia da frase portuguesa. 6. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Norma culta. Pontuação e sinais gráficos. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa. 7. Tipos de discurso. 8. Registros de linguagem. Funções da linguagem. 9. Elementos dos atos de comunicação. 10. Estrutura e formação de palavras. Formas de abreviação.

11. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores. 12. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade. Os dicionários: tipos; a organização de verbetes. 13. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos. 14. Ortografia e acentuação gráfica. A crase.

Conhecimentos específicos

SERVIÇO SOCIAL

1 Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. 1.1 Desafios do Serviço Social na contemporaneidade 2 Projeto Ético Político, Código de Ética e Lei de Regulamentação profissional 2.1 O projeto ético político profissional e o trabalho do assistente social no sociojurídico 2.2 Lei de regulamentação da profissão, código de ética profissional, diretrizes curriculares dos cursos de serviço social, resoluções do Conselho Federal de Serviço Social. 3 A dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional. 3.1 Formulação de projeto de intervenção profissional. 3.2 Fundamentos, instrumentos e técnicas de pesquisa social. 4 A dimensão técnica operativa do serviço social.

4.1 Concepções e debates sobre instrumentos e técnicas. 4.2 Entrevista, visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva. 4.3 Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social. 4.4 Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar. 4.5 O lugar das tecnologias da informação e comunicação no Serviço Social. 5 Direitos Sociais e Questão Social. 6 Formas Alternativas de resolução de conflitos. 7 Política social. 7.1 Fundamentos, história e políticas. 7.2 Seguridade social no Brasil. 7.2.1 Relação Estado/sociedade. 7.3 Políticas de saúde, de assistência social e de previdência social. 7.4 Políticas sociais setoriais. 7.4.1 Educação, habitação, trabalho, políticas urbanas e rurais, meio ambiente e respectivas legislações. 7.5 Políticas e programas sociais dirigidas a diferentes segmentos sociais e pessoas em situação de vulnerabilidade e respectivas legislações. 7.5.1 Crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, homens, LGBTQIA+, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas com transtorno mental, pessoas vítimas de violência, pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas e respectivas legislações. 7.6 Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente. 7.6.1 Concepções e modalidades de família, estratégias de atendimento e acompanhamento. 7.6.2. Convivência familiar e comunitária. 7.6.3 Defesa de direitos da criança e do adolescente: o papel dos conselhos, dos centros de defesa e das delegacias. 7.6.4 Violência contra crianças e adolescentes. 8 Legislação social. 8.1 Constituição Federativa do Brasil e leis da seguridade social. 8.1.1 Lei nº 8.212/1991 e suas alterações (Lei Orgânica da Seguridade Social); Lei nº 8.080/1990 e suas alterações (Lei Orgânica da Saúde); Lei nº 8.213/1991 e suas alterações (Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências); Lei nº 8.742/1993 e suas alterações (Lei Orgânica da Assistência Social) e suas alterações; 8.2 Legislação social para áreas/segmentos específicos. 8.2.1 Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência); Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH); Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), Lei 7210/1984 (Lei de Execução Penal), Manual de gestão para as alternativas penais – Conselho Nacional de Justiça 2020; Lei 10.216/01 (Lei Paulo



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Delgado - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais) ; Lei 13.431/2017, Resolução CNJ nº 299/2019 (Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431/2017); Decreto nº 9.603/2018 que regulamenta a Lei nº 13.431/2017; Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 35/2019 (institui o Protocolo de Depoimento Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro); Lei 14.344/2022 (Lei Henry Borel) e Lei 12.318/2010 Alienação da Parental e suas alterações. 9 Legislação profissional. 9.1 Lei nº 8.662/1993 e suas alterações (Lei de regulamentação da profissão de assistente social). 9.2 Resolução CFESS nº 273/1993 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Assistente Social). 9.3 Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

LEGISLAÇÃO: 1 Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial: Livro II – Foro Judicial, Capítulo IV – dos Auxiliares do Juízo, Seção XII - do Assistente Social Judicial; Provimento 32/2021 - Código de Ética do Servidor e Colaborador da Corregedoria Geral da Justiça.

PSICOLOGIA

1 Código de Ética do psicólogo e resoluções do Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP nº 08/2010 - Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário; Resolução do CFP nº 06/2019 – Institui regras para a elaboração de documentos escritos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019; Resolução do CFP nº 31/2022 - estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga a Resolução CFP nº 09/2018). 2 Avaliação psicológica. 2.1 Técnicas de entrevista. 2.2 Laudos, pareceres e relatórios psicológicos, estudo de caso, informação e avaliação psicológica. 2.3 Perícia Psicológica. 3 Teorias e técnicas em psicologia: 3.2.1 Psicanálise (Freud, M. Klein, Winnicott, Lacan), cognitivo-comportamental (Skinner, Beck), Humanista existencial (Rogers, Perls), sócio-histórica (Vygotsky, Luria) e psicodrama (Moreno). 4 Psicopatologia. 4.1 Transtornos de humor. 4.2 Transtornos de personalidade. 4.3 Transtornos relacionados ao uso e abuso de substâncias psicoativas. 4.4 Transtornos de ansiedade. 4.5 Transtorno do estresse pós-traumático. 4.6 Transtornos depressivos. 4.7 Transtornos fóbicos. 4.8 Transtornos psicossomáticos. 4.9 Esquizofrenia. 4.10 Estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão). 5 Psicologia da saúde. 5.1 Ações básicas de saúde. 5.1.1 Promoção. 5.1.2 Prevenção. 5.1.3 Reabilitação. 5.2 Equipes interdisciplinares. 5.2.1 interdisciplinaridade e multidisciplinaridade em saúde. 5.3 O papel do psicólogo na equipe de cuidados básicos à saúde. 6 Intervenção psicológica em problemas específicos. 6.1 Tratamento e prevenção da dependência química. 6.1.1 Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. 7 A criança e o adolescente. 7.1 Fases do desenvolvimento Infantil. 8 Clínica do idoso. 9 Psicologia Social. Grupo Social e Familiar: o indivíduo e o grupo; as transformações da família. 10 Saúde mental e os princípios da luta antimanicomial. 11 Psicologia e justiça. 11.1 Compromisso social, ética e direitos humanos. 12 Psicologia jurídica. 12.1 Adoção, infância e juventude, idoso, família, adolescente em conflito com a lei, violência doméstica familiar e contra a mulher, área criminal, abuso sexual e suas interfaces. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Lei nº 12.010/2009 (Lei da Adoção). Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha). Lei 12.318/2010 e suas alterações (Lei Alienação Parental), Lei nº 14.344/2022 e suas alterações (Lei Henri Borel), Código de Ética e Conduta da Corregedoria Geral da Justiça, Provimento nº 32/2021. 13 Equipes de trabalho e grupos nas organizações.

LEGISLAÇÃO: 1 Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial: Livro II – Foro Judicial; dos Serviços Judiciais; dos Auxiliares do Juízo; do Psicólogo Judicial. 2 Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 35/2019 (institui o Protocolo de Depoimento Especial do TJ/RJ). 3 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha). 4 Lei nº 13.431/2017, Resolução CNJ nº 299/2019 (Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431/2017). 5 Decreto nº 9.603/2018 que regulamenta a Lei nº 13.431/2017. Lei 12.318/2010 e suas alterações (Lei Alienação Parental), Lei nº 14.344/2022 e suas alterações (Lei Henri Borel), Código de Ética e Conduta da Corregedoria Geral da Justiça, Provimento nº 32/2021.

DIREITO

Direito Administrativo: conceito, fontes, doutrina, jurisprudência. Lei Formal. Princípios do Direito Administrativo. Descentralização e desconcentração da atividade administrativa. Classificação dos Órgãos e Funções da Administração Pública. Competência Administrativa: conceito e critérios de distribuição. Hierarquia e poder hierárquico. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração Direta e Indireta. Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Fundações Públicas e Agências Reguladoras. Atos Administrativos: formação, validade, eficácia e autoexecutoriedade. Controle do Ato administrativo; revogação, anulação e convalidação dos atos administrativos. Contrato administrativo: conceito, formação, elementos, cláusulas exorbitantes. Licitação: conceito, modalidades, procedimentos, dispensa e inexigibilidade. Pregão Presencial e Pregão Eletrônico; Lei nº 10.520/02. Poder de polícia: conceito, polícia judiciária e polícia administrativa. Serviço Público: conceito, caracteres, garantias; Usuário do serviço público. Concessão de serviço público; Permissão e Autorização; Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da Administração Pública: teorias e fundamentos jurídicos. Agentes Públicos. Improbidade Administrativa. Advocacia pública consultiva. Lei nº 14.133/2021.

Direito Constitucional: Constituição: conceito, elementos e estrutura. Poder Constituinte, originário e derivado. A Constituição de 88. Direitos e garantias individuais e coletivos. Princípios Constitucionais: legalidade, reserva legal, isonomia, devido processo legal. Do contraditório e da ampla defesa. Tutela Jurisdicional das liberdades: Habeas corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança, Mandado



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ

Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

de Injunção, Ação Popular. Aplicabilidade das normas constitucionais: normas constitucionais de eficácia contida, plena e limitada. Organização do Estado: Federação, União, Estados-membros, Municípios. Princípio da simetria constitucional. Organização dos Poderes: mecanismo de freios e contrapesos. Administração Pública: princípios administrativos e normas constitucionais. Servidores Públicos: princípios constitucionais. Poder Legislativo: estrutura, imunidades parlamentares, Tribunais de Contas. Processo Legislativo: conceito, fases; Processos legislativos especiais; Espécies Normativas. Poder Executivo: exercício do Poder Executivo no Brasil. Crimes de Responsabilidades e Crimes Comuns. Poder Judiciário: funções, características, estrutura. Reforma do Judiciário na EC nº 45/2004. Precatórios. Conselho Nacional de Justiça e Súmula Vinculante. Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública.

Direito Civil: Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Código Civil (Lei nº 10.406/2002 e alterações). Pessoas Naturais e Jurídicas. Domicílio. Das Diferentes Classes de Bens. Dos Atos jurídicos Lícitos e Ilícitos. Dos Contratos em geral; das várias espécies de contratos: requisitos, validade, princípios, formação e classificação. Compra e Venda. Prestação de Serviço. Posse: aquisição, efeitos e perda da posse. Responsabilidade civil: conceito, espécies e efeitos. Responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

Direito Processual Civil: (Lei nº 13.105/15 e alterações) Teoria geral do processo. Princípios e normas processuais civis. Função Jurisdicional. Sujeitos do Processo. Atos processuais. Tutela Provisória. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento: procedimento comum. Cumprimento da Sentença. Oposição. Embargos de Terceiro. Processo de execução: Execução em geral. Diversas espécies de execução. Processos nos Tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. Processo eletrônico. Mandado de Segurança.

Direito Penal: Princípios aplicáveis ao Direito Penal. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. Tipicidade. Ilícitude. Culpa. Concurso de Pessoas. Penas e teoria da pena. Espécies de penas. Concurso de penas. Ação penal e seus princípios. Punibilidade e causas de extinção. Prescrição. Teoria do Crime. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade). Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações). Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).

Direito Processual Penal: Processo Penal Constitucional. Sistemas e Princípios Fundamentais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições preliminares do Código de Processo Penal. Fase pré-Processual: Inquérito policial e procedimentos investigatórios pré-processuais. Processo, procedimento e relação jurídica processual. Elementos identificadores da relação processual. Formas do procedimento. Princípios gerais e informadores do processo. Ação penal. Ação civil ex delicto. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Teoria geral da prova e meios de prova. Sujeitos do Processo. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Citações e intimações. Atos Processuais e Atos Judiciais. Prazos. Características, princípios e contagem. Dos procedimentos no processo penal. Nulidades. Sentença e coisa julgada. Recursos e ações autônomas de impugnação.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conhecimentos Gerais: Tecnologia da Informação no Serviço Público: Explicar a importância da Tecnologia da Informação no contexto do serviço público, destacando como ela pode contribuir para a eficiência e transparência nas instituições. Legislação e regulamentação de TI do CNJ e do TJRJ: Quais são as principais legislações relacionadas à Tecnologia da Informação que devem ser consideradas em instituições públicas. Destacar os pontos-chave de pelo menos duas delas. Metodologias Ágeis: Descreva os princípios das metodologias ágeis no desenvolvimento de software. Como essas metodologias podem impactar positivamente a entrega de projetos de TI. Segurança da Informação: Explicar a importância da segurança da informação no ambiente de Tecnologia da Informação. Cite e detalhe três medidas essenciais para garantir a segurança de sistemas e dados.

Conhecimentos Específicos: Desenvolvimento de Software: Quais são as fases típicas do ciclo de vida de desenvolvimento de software. Explicar brevemente cada fase. Metodologias Ágeis: Elaboração de questões sobre Scrum, Kanban e outras metodologias ágeis. Linguagens de Programação: Incluindo questões sobre lógica de programação e conhecimentos específicos em linguagens como C#, Python, HTML. Ciclo de Vida de Software: Focando nas diferentes fases do ciclo de vida do desenvolvimento de software. Qualidade de Software: Questões sobre testes, garantia de qualidade e práticas de codificação. Arquitetura de Software: Explorando conceitos como arquitetura em camadas, microsserviços. Infraestrutura de TI: Como a virtualização contribui para a otimização da infraestrutura de TI em organizações. Destacar os benefícios e possíveis desafios. Virtualização e Containers: Questões sobre virtualização de servidores e o uso de containers (Docker, Kubernetes). Redes e Comunicação: Incluindo conhecimentos sobre protocolos, roteamento e segurança de redes. Armazenamento de Dados: Questões sobre diferentes tecnologias de armazenamento, como bancos de dados, sistemas de arquivos distribuídos. Segurança em Infraestrutura: Exploração de conceitos de firewall, VPN, IDS/IPS, noções de ISO 27001. Monitoramento e Observabilidade: Perguntas sobre ferramentas ou práticas para monitorar e observar sistemas. Governança de TI: Papel da governança de TI no contexto organizacional. Práticas ou frameworks de governança e sua aplicação. Frameworks de Governança: Questões sobre frameworks como COBIT, ITIL e ISO/IEC 27001. Gestão de Riscos:



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Explorando como a governança de TI lida com riscos relacionados à tecnologia. Compliance: Questões sobre conformidade com regulamentações e padrões do setor. Planejamento Estratégico de TI: Explorando a integração da estratégia de TI com os objetivos organizacionais. Gestão de Projetos de TI: Perguntas sobre métodos e ferramentas para a gestão eficaz de projetos de TI. Banco de Dados: Comparar as abordagens SQL e NoSQL em bancos de dados. Em quais situações cada uma é mais adequada. Modelagem de Dados: Questões sobre normalização, diagramas ER, etc. SQL e Bancos de Dados Relacionais: Perguntas sobre consultas SQL avançadas, transações, etc. Bancos de Dados NoSQL: Explorando conceitos e casos de uso para bancos de dados NoSQL. Otimização de Desempenho: Questões sobre índices, plano de execução de consultas, etc. Segurança em Bancos de Dados: Perguntas sobre práticas de segurança, criptografia, controle de acesso, etc.

ANEXO II – REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

Os requisitos e atividades listados abaixo estão de acordo com as Resoluções nº 6/2022 e 7/2022, ambas do Conselho da Magistratura.

Art. 7º da Resolução CM nº 7/2022.

São requisitos para a função de Residente:

I - ser maior de 18 anos;

II - no momento da admissão, estar cursando especialização, pós-graduação lato sensu, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou ter concluído o curso de graduação há no máximo 5 (cinco) anos em Serviço Social, Psicologia, Direito, Engenharia de Produção, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Análise de Processos, Gestão em Tecnologia da Informação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Software, Redes de Computadores, Engenharia de Redes e Telecomunicações, Engenharia de Telecomunicações, Banco de Dados, Engenharia de Banco de Dados ou em Gestão em Banco de Dados, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. (Redação dada pela Resolução CM nº 5, de 03/08/2023);

III - não exercer cargo, emprego ou função pública remunerados e apresentar, após selecionado, declaração de suspensão ou licença da OAB;

IV - não registrar antecedente criminal.

Art. 6º da Resolução CM nº 6/2022.

São atividades do aluno-residente:

I - realizar pesquisas relacionadas a sua formação profissional;

II - elaborar minutas de ofícios, despachos, estudos técnicos e outros atos judiciais ou administrativos;

III - frequentar aulas e palestras promovidas pela EMERJ ou ESAJ;

REQUISITOS, DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS PARA A FUNÇÃO DE RESIDENTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

Requisitos. Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de Curso Superior em qualquer área com especialização na área de Tecnologia da Informação com carga horária mínima de 360 horas, ambos em Instituições de Ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação. Curso Superior na área de tecnologia da informação, devidamente reconhecido. Deverá estar formado em graduação há menos de 5 anos ou cursando pós-graduação em TI, em curso reconhecido e concluído em instituição de ensino superior credenciada pelo MEC.

Descrição. O profissional de Apoio Especializado em Tecnologia da Informação desempenhará funções nas áreas de desenvolvimento e infraestrutura. Sua atuação visa a prover o suporte especializado necessário ao desenvolvimento e manutenção eficiente dos sistemas de informação ou infraestrutura, garantindo o pleno funcionamento e a segurança das operações relacionadas à Tecnologia da Informação.

Atribuições Gerais. Participar ativamente de projetos de desenvolvimento de software, implementação de sistemas e soluções inovadoras. Operar a infraestrutura tecnológica, garantindo a estabilidade e segurança dos ambientes. Colaborar com equipes multidisciplinares para o alcance dos objetivos estratégicos da área de Tecnologia da Informação. Oferecer suporte aos usuários internos e externos, no que compete às questões de funcionamento e uso de hardware e software presente no parque tecnológico do TJERJ, além de colaborar em estudos, análises e manutenção das boas práticas de suporte de TI.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

Eu, _____, RG, CPF _____, declaro para os devidos fins que a(s) pessoa(s) abaixo indicada(s) é(são) componente(s) do núcleo familiar a que integro, de acordo com o grau de parentesco informado, sendo residente(s) no mesmo endereço, o qual é abaixo indicado e possui(em) a(s) respectiva(s) remuneração(ões) mensal(is):

ENDEREÇO DO NÚCLEO FAMILIAR:



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

CANDIDATO:

RENDA:

DEMAIS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR:

	NOME	CPF (se possuir)	GRAU DE PARENTESCO	IDADE	RENDA*
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

*Informação dispensável somente para os familiares menores de 18 (dezoito) anos.

As informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, podendo responder legalmente no caso de falsidade das informações prestadas, a qualquer momento, o que acarretará a eliminação do Processo Seletivo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

_____ (cidade/UF), (dia) de _____ de 2023.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

À Fundação Getulio Vargas – FGV

Eu, _____, RG

nº _____, CPF nº _____, venho requerer a isenção do pagamento do valor da Taxa de Inscrição do Processo Seletivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do item 5 do Edital de Abertura nº 02/2023.

Envio, também, os demais documentos indicados no Edital, assumindo, sob as penas da lei, que essa é verdadeira e idônea.

Nestes termos, pede deferimento.

_____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) candidato(a)



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO V – AUTODECLARAÇÃO DE CANDIDATO INDÍGENA

Eu _____, inscrito no CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da Lei e para fins de inscrição no Processo Seletivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que sou indígena pertencente ao povo _____ e resido em _____, localizada no município de _____, do Estado _____.

Declaro estar ciente de que a falsidade das declarações por mim firmadas no presente documento poderá ensejar sanções civis, criminais e administrativas, além do cancelamento da inscrição no presente processo seletivo.

Por ser verdade, firmo e dato a presente declaração.

Local e data

Assinatura do Candidato

Assinatura do Cacique (por extenso)

ANEXO VI – QUANTIDADE DE REDAÇÕES A SEREM CORRIGIDAS

CARGO	NÚCLEO REGIONAL	AMPLA	NEGROS OU INDÍGENAS	PCD
Programa de Residência – Assistente social	1ª Região	34	16	4
	2ª Região	10	4	2
	3ª Região	4	4	2
	4ª Região	14	8	2
	5ª Região	4	4	2
	6ª Região	6	2	2
	7ª Região	4	2	2
	8ª Região	4	2	2
	9ª Região	2	2	2
	10ª Região	2	2	2
	11ª Região	2	2	2

CARGO	NÚCLEO REGIONAL	AMPLA	NEGROS OU INDÍGENAS	PCD
Programa de Residência – Psicólogo	1ª Região	36	18	4
	2ª Região	10	4	2
	3ª Região	4	4	2
	4ª Região	14	8	2
	5ª Região	4	4	2
	6ª Região	6	2	2
	7ª Região	4	2	2
	8ª Região	4	2	2
	9ª Região	2	2	2
	10ª Região	2	2	2
	11ª Região	2	2	2

CARGO	NÚCLEO REGIONAL	AMPLA	NEGROS OU INDÍGENAS	PCD
Programa de Residência – Direito	1ª Região	674	310	52
	2ª Região	94	44	8
	3ª Região	32	16	4
	4ª Região	90	42	8
	5ª Região	52	26	6
	6ª Região	38	18	4



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

7ª Região	26	14	4
8ª Região	18	10	2
9ª Região	22	10	2
10ª Região	18	8	2
11ª Região	26	14	4

CARGO	NÚCLEO REGIONAL	AMPLA	NEGROS OU INDÍGENAS	PCD
Programa de Residência – Áreas de Tecnologia da Informação	1ª Região	64	30	6

- Caso não haja candidatos inscritos na cota de negros e/ou indígenas ou candidatos com deficiência aprovados na Prova Objetiva, os quantitativos de Provas de Redação destinados a esses candidatos serão revertidos para os candidatos da ampla concorrência.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.